

**AS FEIRAS ENQUANTO ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO DA
AGROECOLOGIA: UM ESTUDO SOBRE PRODUÇÃO E REDES
TÉCNICAS E POLÍTICAS DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL OSVALDO DE OLIVEIRA¹**

CÂMARA, Andreza A. Franco. Professora UFF/RJ. Doutora PPGSD/UFF. Pesquisadora FAPERJ.

SILVA, Nívia Regina da. Mestre em Agrossistemas pela UFSC. Bolsista TCT 5 FAPERJ.

SOARES, Paulo B. Dill. Professor UFF/RJ. Doutor UFRRJ. Doutorando pelo PPGSD/UFF/RJ.

CASTRO, Carla Appollinario de. Professora UFF/PPGSD/RJ. Doutora PPGSD/UFF.

RESUMO

As práticas agrícolas estabelecidas em Macaé/RJ, notadamente aquelas enquadradas como agricultura familiar, vivem um processo crescente de invisibilidade social imposta por representações dominantes sobre as feições urbanas e industriais do petróleo. Esses agricultores familiares ocupam essa microrregião há mais de duas décadas, dependem da renda das atividades agrícolas, e sofrem com os efeitos da expansão urbana, com as transformações nas relações de produção e de mercado e, com restrições impostas pelos órgãos ambientais às suas atividades produtivas embora sejam compatíveis com a conservação da natureza. Esta proposta analisará a categoria “desenvolvimento rural” a partir das práticas de agricultura sustentáveis, economia solidária e desenvolvimento local, tendo como ponto de partida a organização de espaços de produção coletiva, comércio justo, agroecologia e agrobiodiversidade, enquanto estratégias de mapeamento dos conflitos socioeconômicos que se apresentam nesses territórios, tendo como marco a criação e consolidação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira (PDS). O artigo examinará os espaços vulneráveis identificados pela narrativa de ações de pesquisa e extensão desenvolvidas pelas instituições parceiras, dos agricultores familiares, considerando seu papel, funções reguladoras e culturais no PDS pelo Projeto de assessoria técnica, instituído pelo Treinamento e Capacitação Técnica/FAPERJ. Serão discutidos os resultados dessas ações, que visam promover a produção agroecológica no assentamento, nas áreas individuais e coletivas, apoiando a associação do PDS e o consumo sustentável, através de feiras e o incremento dos sistemas agroalimentares na dimensão política e organizacional, fortalecendo redes de cooperação técnicas de cultura alimentar e economia solidária.

Palavras-chaves: Agroecologia; Feiras; Redes; Agricultura familiar; Desenvolvimento sustentável.

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

Introdução

A agricultura sustentável surge como uma resposta recente ao modelo de produção agrícola ocorrido no século XX, baseado na Revolução Verde, em decorrência das consequências negativas da utilização irrestrita dos métodos adotados por sistema de produção intensivo, o que acarretou um agravamento da devastação da natureza pelos processos agrícolas e agropecuários. O objetivo sempre foi maximizar a produção agropecuária a qualquer custo, sem levar em conta os efeitos negativos da utilização de tais métodos. O resultado foi um crescimento dos problemas ambientais, com reflexos socioeconômicos, principalmente nos países em desenvolvimento, como é o caso brasileiro, essa tendência permanece praticamente inalterada, inobstante a ocorrência de casos exemplares da aplicação de métodos de utilização dos recursos naturais com parcimônia e sabedoria, levando em conta a sustentabilidade.

O conceito de sustentabilidade tem provocado grandes discussões no campo acadêmico e político. Todavia, um denominador comum é a necessidade de ajustes ao modelo de agricultura convencional, tornando-o mais viável do ponto de vista ambiental, social e econômico (ALTIERI, 2012).

A alternativa que surge é sustentabilidade agrícola, que propõe um desenvolvimento fundamentado na conservação dos recursos naturais e assegurando também às gerações futuras a utilização desses recursos, significando, inclusive, um caminho para garantir a segurança alimentar de uma parcela considerável da sociedade.

O presente artigo analisa, a partir da categoria da racionalidade ecológica, ao modelo de produção agrícola existente na microrregião de Macaé/RJ, os princípios de base agroecológicas que se proponham a integrar os componentes socioambientais e econômicos, buscando alcançar maior eficiência biológica em geral, a preservação da biodiversidade e a manutenção da capacidade produtiva e autorregulatória do agroecossistema.

Por meio do Programa de Treinamento e Capacitação Técnica – TCT/ 2017, com fomento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, serão examinadas as alternativas voltadas ao incentivo aos agroecossistemas que se contemplem dos resultados da integração entre a biodiversidade e do desenvolvimento rural, a partir da junção de práticas de agricultura sustentáveis com a economia solidária, foi entendida pela equipe como uma

oportunidade de equacionar as múltiplas questões que se apresenta no território onde está localizado o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo Oliveira.

As chaves de compreensão partem das narrativas de ações de pesquisa e extensão já desenvolvidas que fortaleceram os sistemas agroalimentares da Região Macaense, através de bases ancoradas no desenvolvimento rural com práticas de agricultura sustentáveis, economia solidária e desenvolvimento local, através da organização de espaços de produção coletiva, comércio justo, agroecologia e agrobiodiversidade, enquanto estratégias de mapeamento dos conflitos socioeconômicos que se apresentam nesse território (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1994), tendo como marco a criação e consolidação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira (PDS). A partir do trabalho de Appadurai (2008), que compreende a circulação dos objetos por meio de sua trajetória e dos envolvimento sociais nos quais estão situados serão analisados os espaços de comercialização dos produtos agroecológicos do PDS nas cidades de Macaé, Rio das Ostras e Rio de Janeiro.

1 Como nasceu o PDS Osvaldo de Oliveira

As novas perspectivas sobre as relações entre rural e urbano e as possibilidades de associações da agroecologia com o desenvolvimento local, como alternativa de atuação em espaços ambientais vulneráveis, constituiu o cerne de criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira. O modelo foi gestado a partir de 2.000 pela Portaria do INCRA 477/99, tendo como princípio o reconhecimento de que a proteção e a conservação da biodiversidade implicaria na manutenção de *habitus* do extrativismo tradicional e na preservação das comunidades que o realizam.

A área possui 1.650 hectares (ha) de extensão e compunha a antiga Fazenda Bom Jardim, localizada no distrito de Córrego do Ouro, município de Macaé, região Norte do Rio de Janeiro. O assentamento Osvaldo de Oliveira encontra-se situado em uma região de conservação ambiental em meio à Mata Atlântica, entre outros motivadores, o principal impulsionador da proposição do modelo PDS para a consolidação da proposta deste assentamento.

Essa territorialidade específica que vem sendo trabalhada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), incorporando também como público alvo os moradores sem organização, sem vínculos com políticas públicas e sem acesso à informação e comunicação e que apresentam trajetórias de vida vinculadas a uma

cultura rural. Além de sofrerem um processo de invisibilidade de suas demandas essenciais, também padecem de acesso aos equipamentos públicos necessários à existência digna.

Dentre as ações executadas no PDS Osvaldo de Oliveira encontram-se um conjunto de práticas voltadas à promoção e desenvolvimento dos ecossistemas naturais locais, em conformidade às normas ambientais que promovem o equilíbrio entre metodologias que valorizem a participação dos agricultores, a tradição e a adaptação da atividade agrícola às necessidades locais e às condições socioeconômicas e ambientais.

Com o objetivo de beneficiar essas ações são promovidas feiras solidárias agroecológicas realizadas nas cidades de Macaé e Rio das Ostras, onde se localizam as Instituições de Ensino e Extensão parceiras do movimento, e também a comercialização no Espaço Terra Crioula, na cidade do Rio de Janeiro.

Nesses espaços de conscientização, produção e comercialização do pequeno produtor rural, no modelo de agricultura familiar e de reforma agrária, podem ser desenvolvidas e fomentadas discussões sobre a importância da segurança alimentar e do direito humano à alimentação saudável como ferramenta essencial na construção da política local e mundial.

As feiras agroecológicas também exercem um papel de contestar a subutilização das terras rurais e urbanas dentro dos diversos modelos de desvalorização do território, fomentar a troca de sementes crioulas, compartilhar receitas de comidas tradicionais, estimular discussões sobre a segurança alimentar e sua autonomia, manejo ecológico dos recursos produtivos e, principalmente, empoderar as comunidades rurais da microrregião Lagos sobre a produção agroecológica.

A abordagem territorial adotada traz a possibilidade de entender as contradições e desigualdades nesses espaços de forma integradora, não como homogeneidade, mas como uma totalidade dinâmica, produto de múltiplas trocas e como espaço da construção política (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1994).

Nos territórios podem ser encontradas as dinâmicas, as contradições entre processos econômicos globais, de produção energética, com destaque para a indústria do petróleo, as políticas e projetos de diferentes esferas federativas e suas múltiplas interações e significações com o lugar, com a vida cotidiana. Em contrapartida, são também nesses territórios que nascem os movimentos de transformação social, de produção de novidades (MARQUES, 2009), e inovações, de resistência e contestação das práticas econômicas e culturais dominantes.

O pertencimento dessas ruralidades no micro território tem sido acionado por diferentes grupos nesses espaços, como elemento redefine as identidades, de resgate de tradições e histórias de vida. Por meio de diferentes formas de acionamento das ruralidades, nas quais a agricultura e as feiras agroecológicas têm um papel importante, oportuniza-se o acesso a direitos e políticas públicas locais, assim como a vida nas cidades pode ser reinterpretada.

Nessa perspectiva, se considera a categoria redes sociotécnicas como elemento chave de análise, onde o técnico deixa de ser visto como externo e independente do grupo social sobre o qual atua, sendo encarado como um elemento que precisa se adequar ou lidar com os condicionantes socioculturais, formados por diferentes atores com diferentes interesses, normas, regras, conhecimentos tácitos (ANDRADE, 2005).

O trabalho de capacitação em rede, neste sentido, é um processo coletivo de troca de conceitos, práticas e processos e não apenas a transferência de informações a um público rotulado como não qualificado, como se observará a seguir.

1.1 Elaboração da cartografia social – um debate sobre o estado da arte, processo histórico do território, momento atual e propostas futuras para o PDS Oswaldo de Oliveira

Dentre as metas esperadas pelo projeto *Assessoria técnica-produtiva ao desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Oswaldo de Oliveira – Macaé/RJ*, submetido ao Programa de Treinamento e Capacitação Técnica – TCT/2017, com fomento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ encontra-se o desenvolvimento da produção agroecológica no assentamento PDS Oswaldo de Oliveira, nas áreas individuais e coletivas, apoiando a associação do PDS com o fortalecimento da educação ambiental e do consumo sustentável e consciente, através da realização de feiras e da formação de mudas e implementação experimental de uma área coletiva com Sistema Agroflorestal (SAF).

Para tanto, optou-se pela ferramenta do Mapeamento Participativo (MP) através da técnica conhecida no Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), que, segundo Souza (2009), baseia-se na coleta de informações, na percepção e conhecimento que os indivíduos e grupos têm do espaço em que vivem.

Durante a elaboração do mapa pelos agricultores, vários problemas foram identificados como o ambiental, a questão fundiária, as formas de ocupação da área, os

tipos de solo presentes na área, às potencialidades e limitações. Neste caso, a elaboração do mapa teve como fundamento a ideias da cartografia social que permite às comunidades desenharem, com ajuda de profissionais, mapas dos territórios daqueles que o ocupam, diagnosticarem problemas e proporem alternativas a estes.

No Brasil, as primeiras iniciativas foram desenvolvidas em territórios da Amazônia Legal, e depois se estenderam para outras regiões brasileiras, especialmente na área rural. No entanto, já existem experiências envolvendo comunidades urbanas.

O mapeamento social, geralmente, envolve populações tradicionais extrativistas, ribeirinhos, agricultores familiares e indígenas, constituem instrumentos utilizados para a criação e manutenção de direitos desses grupos frente aos conflitos socioambientais. Como o assentamento Osvaldo de Oliveira se insere neste tipo de realidade, optou-se em utilizar este processo durante a realização do curso. Com o apoio de sindicatos, associações, movimentos, cooperativas, esses grupos têm utilizado o mapa social “como forma de afirmar direitos territoriais” em diferentes contextos (ASCERALD, 2010).

A atividade contou com a participação uma equipe interdisciplinar para realização da oficina com as famílias de agricultores e apresentou a seguinte dinâmica: *(i)* organização estrutural do assentamento em Núcleos de Base (NB) e assembleias, que reúne todas as famílias presentes; *(ii)* pactuação das regras entre moradores, que foram estabelecidas no Plano de Uso (PU) (definidas segundo o Manual do PDS elaborado pelo INCRA, MDA e MMA, em 2006).

Ocorreram momentos de formação e debate de propostas com conjunto das famílias e nos núcleos de base, alcançando-se um conjunto de propostas e reflexões para subsidiar o INCRA no trabalho de campo com o propósito de estruturar as organizações produtivas e fundiárias. As famílias levantaram elementos dentro dos seguintes eixos: *(i)* unidades de uso individual; *(ii)* unidades de uso coletivo; *(iii)* uso animal; e, *(iv)* uso florestal.

Este momento também identificou as demandas e ações prioritárias, junto aos órgãos responsáveis, destacadamente, o INCRA e a Prefeitura Municipal de Macaé. Concluiu-se que para os assentados não basta apenas garantir processo de organização espacial (parcelamento), esse é o primeiro passo, vários outros se seguem para que a viabilidade plena seja alcançada (SILVA, 2010).

O modelo de PDS requer que a organização espacial considere outros fatores, tais como, o sociocultural, o produtivo, o ambiental, e a percepção dos agricultores sobre todos os demais fatores (FREITAS, 2004). Especialmente, nos assentamentos

rurais, o resgate de metodologias centradas na noção de ecologias dos saberes, dar-se-á pelo resgate de uma metodologia participante, onde as famílias não são meros objetos de estudo e sim sujeitos na produção do estudo. Há, portanto, uma horizontalidade na produção do conhecimento na medida em que o saber local não é desprezado, nem desqualificado, mas integra a percepção do observador (II PNRA, 2003).

Em função das características acima indicadas, lembra Silva (2010) da importância da metodologia aplicada aos casos de assentamentos rurais realizarem um cotejo entre ‘o meio físico e social’, incorporando a vida do assentamento dentro do planejamento e do estudo:

(...) qualquer proposta metodológica de avaliação do meio físico e social para fins de planejamento de assentamentos rurais, faz-se necessário à flexibilidade para integração de informações de diversas naturezas, dentre elas o conhecimento local e as propostas de desenvolvimento e organização social dos assentados. (SILVA, 2010, p. 40).

Desse modo, o território e suas potencialidades econômicas e ambientais podem ser incorporados pelos assentados para efetividade da lógica preventiva, que acompanha um ambiente preservado.

2 Construção do plano de organização agroecológico: planejamento das unidades de uso de produção síntese dos núcleos de base

A partir da identificação dos entraves diagnosticados no DRP adotaram-se ações de conscientização, monitoramento e avaliação do planejamento das unidades de uso de produção por núcleos de base.

A nomeação, escolha de produção e organização das atividades de cada grupo se deu por indicação dos próprios agricultores. Foram divididos em 03 (três) núcleos, sendo eles: NB1 (Brava gente), NB2 (Louvado Seja) e NB3 (Vencedores).

A divisão das unidades de produção individual foi estabelecida em lotes de 04 ha a 06 há, como regra geral, para produção diversificada de vegetais e pequenos animais, respeitando o manejo de técnicas ecologicamente equilibradas. Enquanto a unidade de produção coletiva se dedicará a produção de grãos, em especial, feijão e arroz agroecológicos. Na sede do assentamento funcionará a Escola de Formação em Agroecologia e Agrofloresta e pequenas unidades Agroflorestais (10 ha).

2.1 A elaboração de um mapa socioambiental das feiras orgânicas no município de Macaé a partir da cartografia social

A partir da introdução dos conceitos de redes de trocas e economia solidária buscou-se sistematizar e organizar espaços de comercialização agroecológicos e de ampliação e fortalecimento de redes colaborativas. Aqui, entende-se que a capacitação em rede é um processo coletivo de troca de conceitos, práticas e processos e não apenas a transferência de informações a um público rotulado como não qualificado.

Com base nos trabalhos de Latour (1992), nas chamadas redes sociotécnicas, o social e o técnico possuem uma recorrência mútua que o pensamento técnico tradicional não foi capaz de identificar. O trabalho de orientação através das reuniões mensais com as famílias fortaleceu a participação destas nos circuitos das feiras e comercialização institucional (PNAE), enquanto um processo de construção social de feiras orgânicas e agroecológicas no Município de Macaé. Esse conjunto de atividades têm aproximado novos parceiros e interlocutores estaduais, regionais e locais, que possam colaborar com o conjunto de famílias.

Nesse processo de capacitação sociotécnico foi elaborado um curso sobre organização ambiental e produtiva para os assentados do PDS Osvaldo de Oliveira. A partir do uso de metodologias do Diagnóstico Rápido Participativo empregou-se a *Caminhada Transversal*, que consiste em percorrer uma determinada área, acompanhado de informantes locais (nesse caso, os assentados) que conheçam bem o território trabalhado. Nessa caminhada, observa-se todo o agroecossistema, indagando aos informantes sobre questões pertinentes, como problemas ambientais, situação no passado, realidade presente, perspectivas, potencialidades e limitações. Após a caminhada, foram utilizados desenhos representativos das características geomorfológicas da área.

No campo do saneamento ambiental, através de intercâmbios realizados no plano de formação de 2015/2016, as famílias tiveram contato com as tecnologias alternativas e sustentáveis de tratamento dos dejetos humanos, como as “fossas de bananeiras”, a qual as famílias apontam ser o modelo mais adequado para a realidade local.

Quanto à coleta do lixo, existe o serviço de recolhimento quinzenal realizado pelas famílias, ainda não sendo o ideal, que avaliam ser necessária a frequência semanal devida o volume gerado dadas as cinquenta famílias assentadas. As famílias fazem

compostagem dos resíduos orgânicos, sendo utilizados como adubação orgânica na produção de alimentos.

As famílias propõem à construção coletiva de uma estrutura física, que possibilite a auto-organização visando a reciclagem do lixo (garrafas, plásticos, vidros, etc.), tornando-se uma forma de agregação de renda e fortalecendo a tese da pluriatividade da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2007).

O estudo da pluriatividade, contextualizado ao conjunto de fatores que marca as mudanças recentes na agricultura brasileira, tem sido pensada não só como apelo econômico, mas buscando vias de possibilitá-la através de políticas públicas para o desenvolvimento rural, no âmbito maior da política agrária nacional (SCHNEIDER, 2007).

Uma das alternativas para as famílias que vêm sendo realizadas são os espaços de incentivo à medicina alternativa, a qual é embasada em conhecimentos tradicionais da população, através do uso de ervas medicinais, cultivadas ao redor de suas moradias. A mata existente no assentamento oferece diversas espécies apontadas na medicina alternativa, sendo esta uma de suas possíveis utilizações em benefício direto da saúde das famílias.

2.2 As feiras agroecológicas solidárias: um espaço de consumo consciente em Macaé e Rio das Ostras

A perspectiva apontada por Schmitt (2011), ao descrever o movimento de realocação de alimentos, demonstra que o que está em jogo não é apenas a reestruturação dos circuitos do mercado, mas sim o papel dos mercados na reorientação dos fluxos de energia que dão sustentação às atividades econômicas.

A questão central apresentada durante a execução do projeto foi pensar em que medida a inserção desses agricultores nos circuitos agroecológicos resulta no fortalecimento ou mesmo reprodução social de uma agricultura permanentemente ameaçada na cidade. E como a capacitação técnica desenvolvida no projeto poderia auxiliar na ampliação da produção agroecológica e dos circuitos de comercialização.

A partir da perspectiva adotada por Appadurai (2008), que considera a existência de uma vida social na circulação de mercadorias, através da geração de valores desencadeada pela troca. Entendeu-se durante a realização dessas feiras agroecológicas que os produtos devem ser examinados tanto pelo seu aspecto comercial

como também pelos valores agregados pela relação simbólica da troca e sua movimentação, nesse caso os produtos agroecológicos do assentamento Osvaldo de Oliveira, que ganham uma significação social devido ao fato de serem comercializados por agricultores do primeiro Projeto de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Rio de Janeiro, acrescentando-se também o simbolismo de luta e resistência dos trabalhadores sem terra da microrregião de Macaé.

Esses novos formatos de produção, processamento e consumo de alimentos coloca em avaliação a organização do sistema agroalimentar na atualidade. Neste sentido, os movimentos sociais reunidos em torno da agroecologia apresentam uma ampla agenda de ações que envolvem os direitos territoriais, os povos e seus conhecimentos tradicionais, a reforma agrária, o combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos, a segurança alimentar, o direito à cidade, o feminismo, etc.

O assentamento PDS Osvaldo de Oliveira na modalidade PDS é a primeira experiência realizada no Rio de Janeiro, o que torna emblemática a sua criação diante de um modelo de desenvolvimento que continua marcado por um amplo processo de degradação ambiental envolvendo, com reflexos sociais amplos diante da remoção de enormes contingentes humanos das áreas de interesse econômico.

Assim, o fortalecimento e a ampliação da rede solidária e da agricultura familiar sustentável, enquanto construção de espaços permanentes de circulação da produção agroecológica realizada e o processo de politização dos agricultores na reivindicação de seus direitos como componente da cultura alimentar, encurtando os caminhos entre produção e consumo e fortalecendo as trocas entre campo e cidade foram alcançados na execução do circuito de feiras e eventos realizados nas cidades de Macaé e Rio das Ostras e no Espaço de Comercialização Terra Crioula, conforme se observa a seguir.

2.1.1 Feira agroecológica nas Instituições de ensino e pesquisa de Macaé e Rio das Ostras: o fortalecimento da rede colaborativa e solidária

As primeiras feiras realizadas com o apoio do projeto de Capacitação Técnica ocorreram em outubro e novembro de 2017, na Universidade da UFF, polo Rio das Ostras em parceria com o Programa de Extensão e assessoria a Movimentos Populares. Essas feiras contaram com a diversidade de produção *in natura* como abóbora, aipim, maxixe, batata doce, inhame, milho, feijão, ovos, doces e artesanatos.

Os alimentos in natura ou beneficiados do assentamento Osvaldo de Oliveira possui trajetória simbólica de luta pelo território. Nos espaços de comercialização tanto nas Universidades quanto no *locus* Terra Crioula, os produtos revelam sua trajetória social, que transformam suas qualidades. É através dessas trajetórias de luta e resistência no território macaense que os alimentos agroecológicos ganham uma interpretação referente às transações e aos cálculos humanos que dão vida às coisas (APPADURAI, 2008, p.17), uma vez que a representação dos agricultores que participam das feiras com a comercialização da produção coletiva e individual do assentamento e o coletivo de mulheres Margarida do Karucango é realizada em parceria com a UFF/PURO antes mesmo da execução das ações do projeto.

A avaliação do conjunto de professores envolvidos na organização do espaço é que as feiras geram vivências e experiências de solidariedade e com a troca de saberes. Essa pedagogia da solidariedade não perde o caráter de comercialização dos produtos agroecológicos.

Ao contrário, resinificam a complexa intersecção de fatores temporais, sociais e culturais, uma vez que nas sociedades capitalistas pode-se afirmar que há uma tendência de que um número cada vez maior de coisas experimente uma fase mercantil. Esses espaços de trocas solidários e horizontais nos ajudam a entender que as coisas, assim como as pessoas que participam de todo o processo produtivo, podem ser pensadas a partir de uma história de vida, de uma história social das coisas.

Nesse sentido, Appadurai (2008) apresentou objeções à forte tendência teórica que considerava o mundo das coisas inerte e mudo, sendo movido, animado e reconhecível apenas por intermédio das pessoas e de suas palavras. Para além do modelo de troca econômica, que agrega um valor econômico, os produtos e produtores agroecológicos manifestam através de místicas, rodas de conversa, espaços de discussão e politização o modo de produção, distribuição e comercialização de produtos, que vão além de noções pecuniárias, mas de trajetórias de vida, revelando uma vida social, que leva agricultores e consumidores a interagirem desde a história do próprio assentamento e de vida dos assentados até a auxiliar em casos de catástrofes naturais e acidentais² (APPADURAI, 2008, p. 15).

² Em 2017, o assentamento foi vitimado por um incêndio, que não se sabe até a presente data a causa. Por causa de ausência de infraestrutura, a Defesa Civil não combateu o incêndio, e graças aos assentados a catástrofe foi contida, sem qualquer ajuda do Poder Público. Em 2018, novamente o assentamento foi atingido por fortes chuvas que levaram a ponte de ligação com o distrito. Os assentados ficaram ilhados por dias e, até hoje, estão usando uma ponte improvisada fornecida pela Prefeitura Municipal depois de

Na Cidade Universitária de Macaé, a feira agroecológica tem contribuído para a aproximação de diferentes áreas do conhecimento. A feira agroecológica é realizada mensalmente, vinculando-se aos eventos acadêmicos e científicos, que abordem questões sobre o preço, para quem produz e quem consome e a opção do movimento em viabilizar o acesso desses alimentos às populações da periferia e da classe trabalhadora.

Figura 1. Cartaz da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária 2018



Fonte: Projeto TCT 5

A avaliação parcial dos extensionistas é que será importante articular a feira com algumas atividades pedagógicas em algumas disciplinas. Assim, os espaços agroecológicos contribuíram para a reflexão crítica sobre o sistema alimentar. Além do beneficiamento da produção para garantir um público voltado ainda ao consumo rápido. Uma vez que o consumo de produtos agroecológicos está na base da formação do gosto, da distinção e é capaz de caracterizar a identidade dos indivíduos. Além de produzir vínculos sociais, o consumo também gera formas particulares de solidariedade, confiança e sociabilidade, que são fundamentais para os vínculos sociais dos grupos de produtores e consumidores agroecológicos.

muita luta e prova de resistência. Esse fato agravou drasticamente o processo de comercialização da produção porque a ponte era a única via para escoar as mercadorias por meio de transporte de veículos. Agora a circulação das mercadorias se dá por traça animal.

2.1.2 Espaço de comercialização produtos da reforma agrária Terra Crioula e as demais feiras agroecológicas

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Rio de Janeiro possui espaço de comercialização dos produtos da Reforma Agrária do Rio de Janeiro Terra Crioula, na Rua da Lapa, 107.

Há muitos anos, havia o desejo de aproximar e divulgar a produção da agricultura camponesa do Rio de Janeiro e do Brasil e dialogar sobre a reforma agrária, como forma de fortalecer a relação campo e cidade e o projeto da reforma agrária popular, entendendo que este projeto é uma opção do conjunto da classe trabalhadora. Esta é umas das formas de mostrar para sociedade a urgência e necessidade da reforma agrária, que além da democratização da terra tem como prioridade a produção de alimentos para o povo brasileiro.

Os assentados do PDS Osvaldo de Oliveira participaram da construção desse espaço, trazendo de forma coletiva produção representando todo o assentamento, apresentando sua produção como algo social, visível e simbólico, o que é fundamental para compreender a trajetória e comercialização dos produtos agroecológicos nesse assentamento.

Percebeu-se que o consumidor que dá preferência aos produtos agroecológicos acredita na sua importância e a diferença das outras formas de produção, enquanto valores sociais e culturais de produtos com qualidades e características agregadas por um território de luta e resistência.

Em dezembro de 2017, no largo da Carioca, foi realizada a IX Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes, com a participação de 105 feirantes assentados e acampados do MST de todas as regiões do estado do Rio de Janeiro. Foram comercializadas, aproximadamente, 130 toneladas de produtos, com diversidade *in natura* de legumes, verduras, tubérculos, grãos, frutas, produtos beneficiados como sucos, polpas, doces, café, artesanatos e fitoterápicos.

O assentamento PDS Osvaldo de Oliveira foram representados por 09 agricultores. O assentamento apresentou sua produção diversificada e agroecológica de feijão, abóbora, banana, cana, mandioca, quiabo, maxixe, e etc. e os artesanatos do coletivo de mulheres. Também participaram das equipes de trabalho como animação e mística, formação, limpeza.

Considerações finais

O PDS Osvaldo de Oliveira passa por um processo de preparação dos agricultores para a construção do assentamento com base na produção agroecológica, destacando-se ações voltadas para formação, ensaios sistêmicos de produção agroecológica coletiva, realização feiras locais e estaduais, comercialização institucional (PNAE), entre outros.

A execução das atividades extensionistas tem contribuído na valorização da identidade territorial das famílias assentadas nesta nova modalidade PDS, com a valorização dos saberes tradicionais, usos e cultura alimentar local. Além de consolidar parcerias institucionais e de produção do conhecimento socioambiental.

O fortalecimento das iniciativas de produção agroecológica, circuitos de comercialização, consumo e a alimentação local, no campo material e simbólico e cultural, dão a visibilidade às suas necessidades de infraestrutura e logística (terra, transporte e aspectos jurídicos).

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. ACSELRAD, Henri; *et al.* (Org.) **Cartografia social e dinâmicas territoriais** : marcos para o debate, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura. 3. ed. rev. ampl. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.
- ANDRADE, T. Inovação e ciências sociais: em busca de novos referenciais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 145-156, 2005.
- APPADURAI, A. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói/RJ: Eduff, 2008.
- FREITAS, Alexandre L.M. Escola do campo: a proposta de Araraquara. **Revista Tempo e Espaço**, n. 4, Taquaritinga, SP, 2004.
- LATOURETTE, B. **Aramis ou l'amour des techniques**. Paris, La Découverte, 1992.
- MARQUES, F. C. **Nicho e novidade**: nuances de uma possível radicalização inovadora na agricultura. 2009.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L.. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHMITT, C. J. Relocalizando os sistemas agroalimentares. **Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 4-8, set. 2011. Disponível em: < http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/Agriculturas_Setembro2011_site.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, a. 16, n. 3, jul/set. 2007, p. 15-34. Disponível em: < <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/457>>. Acesso em: 27 set. 2018.

SILVA, N. R. da. **Etnopedologia e Qualidade do Solo no Assentamento Roseli Nunes, Pirai-RJ**. 2010. Dissertação de Mestrado (Mestrado Profissional em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis, 2010.